Vitor Valer é apresentado como novo Secretário de Meio Ambiente

Marcilei Rossi
marcilei@diariodosudoeste.com.br

A previsão inicial era de que na manhã da quarta-feira (17) fossem apresentados pelo Executivo de Pato Branco os novos secretários de Meio Ambiente e de Educação e Cultura, no entanto, o nome do novo gestor de Educação não foi apresentado na coletiva mamarcada e até o início da noite estava suspensa a sua apresentação. Contudo,com uma nova mudança de agenda do Executivo, a expectativa é para que o Município apresente hoje (18) o novo secretário de Educação e Cultura.

Por sua vez, o bacharel em Direito e especialista em Direito Ambiental, Vitor Debastiani Valer foi anunciado como novo secretário de Meio Ambiente. Ele sucede a Ramon Noguchi, que deixou o cargo após exoneração na sexta-feira (12).

Keli Starck, primeira secretária de Meio Ambiente desta gestão, esteve na apresentação de Valer. Eles trabalharam por muito tempo juntos uma vez que quando ela era gestora, ele presidia o Conselho Municipal de Meio Ambiente e atuava no Instituto Água e Terra (IAT), órgão estadual que Valer pediu exoneração para assumir a pasta municipal.

Em sua primeira fala como secretário, Valer deu ênfase a sustentabilidade, que em um conceito amplo, é a forma de agir em relação a natureza.

Além da causa animal, que segundo o Secretário é uma das mais importantes causas a serem resolvidas no município, o desafio da limpeza pública e dos resíduos sólidos serão pautas discutidas com a equipe e retomadas.

Valer afirmou que enquanto presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente adquiriu um aprendizado muito grande. Ainda com relação ao Conselho recordou que somente na última reunião, realizada no mês de julho, foi repassado à Secretaria mais de R$ 1,5 milhão para investimentos na pasta, parte deste valor para o trabalho para as políticas públicas de resíduos sólidos.

Ele recordou que o Município tem um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público do Paraná (MPPR), referente ao aterro sanitário, para ser cumprido, que envolvem de procedimentos corretos de captação e compactação do material recolhido, a aspectos gerais da legislação de resíduos sólidos.

"Creio que com o apoio da Secretaria, dos funcionários e do Conselho, vamos conseguir resolver todos os problemas que estão aí dispostos", pontuou Valer.

DIÁRIO DO SUDOESTE



Com 25 anos, Valer é o secretário mais novo da atual gestão

Câmara aprova crédito suplementar para locação de brinquedos para o Natal

ASSESSORIA/CMPB



Segundo o PL aprovado em primeira votação na sessão de quarta-feira (17), serão locados quatro brinquedos

Cristina Vargas
cristina@diariodosudoeste.com.br

Com o parecer favorável da Comissão de Orçamento e Finanças (COF), exarado pela vereadora Thania Maria Caminski Gehlen (PP), a Câmara Municipal de Pato Branco votou e aprovou, em primeira votação, na sessão dessa quarta-feira (17), o Projeto de Lei nº 90, de 2022, de autoria do Executivo Municipal, que autoriza a abertura de crédito suplementar, no valor de R$ 1.377.603,83, para a locação de brinquedos para as comemorações natalinas.

De acordo com o projeto, a abertura de crédito suplementar no orçamento do Município, junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, será com recursos oriundos do superávit financeiro do exercício de 2021.

"O referido recurso será utilizado na locação de brinquedos recreativos para a comemoração do Natal no final deste ano, proporcionando momentos prazerosos de interação entre a comunidade e possibilitando que todas as famílias do Município e região tenham acesso gratuito aos brinquedos, atraindo turistas e fomentando o comércio local", destacou o Executivo.

Licitação

O PL informou ainda que "o Município já iniciou a fase interna do processo licitatório para a contratação de empresa fornecedora dos brinquedos recreativos".

Segundo o projeto serão locados quatro brinquedos, com o recurso de R$ 1.377.603,83. Porém, segundo o questionamento do vereador Romulo Faggion (União), na sessão de votação, no PL não consta a especificação de quanto será investido em cada brinquedo recreativo, individualmente, consta apenas o valor total do investimento.

Brinquedos

Os brinquedos que serão locados são "uma roda gigante com no mínimo 32 metros de altura, 23 gôndolas para seis passageiros cada e uma gôndola especial destinada a portadores de necessidades especiais, com capacidade total de, no mínimo, 140 pessoas, inclusos o transporte, o operador do brinquedo, a montagem e desmontagem e os monitores para auxiliar no embarque e desembarque do brinquedo; um tobogã, com altura mínima de 12 metros, comprimento mínimo de 34 metros e largura mínima de 6 metros, com capacidade para cinco pessoas por vez, já inclusos o transporte, a montagem e desmontagem e os monitores para auxiliar no embarque e desembarque do brinquedo; uma pista de patinação no gelo de, no mínimo, 200 m², com isolamento térmico, área de atendimento e troca patins, fornecimento de, no mínimo,100 pares de patins com numeração do 28 ao 46; 70 pares de kit's de segurança para patinar, cada kit composto por um par joelheira, um par de cotoveleira, um capacete e um par de luva; sistema de som e de iluminação, dois carrinhos para crianças no gelo e operação assistida por, no mínimo, um funcionário; e um globo de neve de 4 metros de diâmetro, medindo 4 metros de comprimento e 3,74m de altura, equipado com dois motores sopradores de bolhas, para reprodução de fotografias".

Tradição

A justificativa do Executivo para a locação dos brinquedos, de acordo com o projeto, é que "a comemoração do Natal já é tradição em nosso Município, sendo considerada um dos eventos mais importantes do calendário municipal de festividades. Por conta disso, e considerando o sucesso obtido com o fornecimento gratuito dos brinquedos recreativos na Páscoa desse ano, é que se propõe a presente iniciativa, com o objetivo de proporcionar momentos felizes e memórias inesquecíveis às famílias. Ante ao exposto e considerando o interesse público que reveste a matéria em tela, contamos com a aprovação do Projeto de Lei ora apresentado, nos termos do art. 33, caput e § 3º da Lei Orgânica Municipal".

Ministro Alexandre de Moraes é empossado presidente do TSE

Assessoria

O Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reuniu-se pela última vez sob a presidência do ministro Edson Fachin na terça-feira (16) para dar posse aos novos presidente e vice-presidente da Corte, ministros Alexandre de Moraes e Ricardo Lewandowski, respectivamente. A sessão solene contou com a presença de diversas autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de profissionais da imprensa, de representantes de embaixadas e de convidados dos empossados.

Após a execução do Hino Nacional pelo Coral Supremo Encanto, do Supremo Tribunal Federal, regido pelo maestro Eldom Soares dos Santos, Fachin convidou Alexandre de Moraes a prestar o compromisso regimental e assinar o termo de posse. Em seguida, já na condição de presidente da Corte Eleitoral, Moraes comandou a cerimônia de posse do vice, Ricardo Lewandowski, que seguiu o mesmo rito.

Além dos ministros do TSE e do procurador-geral eleitoral, Augusto Aras, também integraram a mesa de honra da sessão solene os presidentes da República, Jair Bolsonaro, do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Beto Simonetti.

ANTONIO AUGUSTO/SECOM/TSE



O novo presidente do TSE conduzirá a Corte Eleitoral até junho de 2024

O novo presidente do TSE conduzirá a Corte Eleitoral até junho de 2024. A ele caberá presidir as Eleições Gerais de 2022 e iniciar os trabalhos de preparação do próximo pleito municipal. O ministro Ricardo Lewandowski se aposentará em maio de 2023, quando será sucedido na Vice-Presidência pela ministra Cármen Lúcia.

Segue para sanção projeto que altera distribuição do IPM a partir de resultados da Educação

Alep

Os deputados estaduais aprovaram na terça-feira (16), na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), o projeto de lei complementar 6/2022 que fixa indicadores para apuração do Índice de Participação dos Municípios (IPM) na cota-parte do ICMS. O texto avançou em terceiro turno e em redação final em duas sessões plenárias, sendo uma ordinária do dia e outra, também ordinária, antecipada de quarta-feira (17). Agora, o texto segue para sanção, ou veto, do Governo do Estado.

Segundo a matéria, a alteração pretende reduzir o peso do critério do Valor Adicionado (VA) de 75% para 65% a fim de permitir a inserção do critério "Educação", com peso mínimo de 10%. Cabe à norma estadual regulamentar os "indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos".

Pelo critério atual, os municípios têm direito a 75% da arrecadação sobre as operações realizadas em seu território, pertinentes à circulação de mercadorias e à prestação de serviços. Já os outros 25% são repassados aos municípios por critérios definidos na legislação estadual.

Com a mudança proposta, os municípios passam a ter direito a 65% da arrecadação sobre as operações realizadas em seu território. Dos 35% ressaltantes, 10% precisam ser distribuídos com base em indicadores de melhoria dos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerando o nível socioeconômico dos alunos.

O texto ainda prevê áreas de reservas indígenas como unidade de conservação e exclui limitações do ICMS Ecológico, propondo que os municípios contemplados pela proposta com o critério de mananciais são aqueles que abrigam em seu território bacias hidrográficas e mananciais de abastecimento público para municípios vizinhos e as que abrigam áreas de mananciais reconhecidas por decreto estadual. O projeto também determina que os percentuais relativos a cada município serão anualmente calculados pela entidade responsável pelo gerenciamento dos recursos hídricos e meio ambiente.

O IPM é a parcela sobre o ICMS arrecadado pelo Estado sobre o qual cada município tem direito. Já o ICMS é o principal imposto de competência estadual.

Médicos receberão Moção de Aplauso por técnica com impressora biológica 3D em cirurgia

Cristina Vargas
cristina@diariodosudoeste.com.br

ASSESSORIA/CMPB



A Moção de Aplauso aprovada aos médicos é de autoria do vereador Januário Koslinski (PSDB)

Na sessão ordinária de quarta-feira (17), a Câmara Municipal de Pato Branco aprovou a Moção de Aplauso para os médicos Paulo Roberto Mussi e Maurício Pozza, do Hospital Thereza Mussi, pela implantação da técnica com impressora biológica 3D, em cirurgia.

De autoria do vereador Januário Koslinski (PSDB), a Moção de Aplauso nº 9, de 2022, foi aprovada em votação única. De acordo com o projeto, a nova técnica, desenvolvida por uma empresa coreana, teve seu primeiro procedimento realizado no Brasil, no Hospital Thereza Mussi, em Pato Branco, pela equipe de especialistas do hospital. "A cirurgia foi aplicada em um paciente que apresentava um quadro delicado, em que não ocorria a cicatrização de uma ferida, a impressora 3D foi então utilizada para imprimir o curativo biológico, utilizando células-tronco do próprio paciente".

Segundo o projeto, "o processo é visto como o futuro da medicina, pois a nova tecnologia permite a impressão de pele humana a partir do DNA do próprio paciente, eliminando a rejeição de tecidos, reduzindo o tempo dos processos de cicatrização e promovendo uma reabilitação muito mais rápida. Podendo ser usado em pacientes que sofrem, por exemplo, com úlceras diabéticas ou com sequelas de fraturas expostas. Além disso, com a atualização de materiais de impressão 3D bio-compatíveis criam-se inúmeras possibilidades, como impressão 3D de vasos sanguíneos e de orgãos".

Comércio ambulante

De autoria do Executivo e em primeira votação, foi aprovado o Projeto de Lei nº 52, de 2022, que altera e acrescenta dispositivos à Lei Municipal nº 2.463, de 22 de junho de 2005, que disciplinou "o exercício do comércio ambulante em logradouros e vias públicas", de Pato Branco.

De acordo com o documento, "o projeto altera a Lei Municipal nº 2.463, de 2005, para estabelecer os documentos necessários para o cadastro do vendedor ambulante junto ao Município; autorizar o exercício de mais de uma atividade por vendedor ambulante, com algumas condições a serem observadas; tornar obrigatória a atualização periódica do cadastro do vendedor junto ao Município, para fins de controle e fiscalização por parte do Fisco Municipal; e estabelecer as medidas a serem tomadas nos casos de ausência injustificada do vendedor ambulante ao ponto de trabalho onde obteve a licença".

Fundeb

Em segunda votação, foi aprovado o Projeto de Lei nº 86, de 2022, autorizando a abertura de crédito suplementar, no valor de R$ 7.960.297,12, junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

"De acordo com a Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamentou o Fundeb, os municípios devem destinar, no mínimo, 70% dos recursos do Fundo para o pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício", ou seja, o referido crédito especial utilizará os recursos do Fundeb com as despesas de funcionalismo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Agricultura

De autoria do Executivo, foi aprovado também em segunda votação, o Projeto de Lei nº 91, de 2022, que autoriza a abertura de crédito suplementar, no valor de R$ 1.696.273,18, junto à Secretaria Municipal de Agricultura. O recurso, do qual R$ 1 milhão é referente a repasse recebido da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab), será utilizado no "Programa Asfalto no Campo".

Zeca Dirceu destaca saúde, educação e agricultura familiar como prioridades na Câmara Federal

Cristina Vargas
cristina@diariodosudoeste.com.br

CRISTINA VARGAS



Zeca Dirceu, candidato a reeleição como deputado federal pelo PT

O deputado federal Zeca Dirceu é candidato a reeleição pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no pleito deste ano. Em visita ao Diário do Sudoeste, na tarde de quinta-feira (18), ele destacou que pretende continuar focando em pilares importantes para a população, como saúde, educação e agricultura familiar, caso se reeleja na Câmara Federal.

"Sou apaixonado pela educação, foi a área que escolhi para atuar em Brasília desde meu primeiro mandato. Sou um dos poucos deputados do Paraná que está na Comissão de Educação, como membro titular, em defesa da educação, que nos últimos anos sofreu muito. Estamos vivendo seis anos de cortes e retrocessos, e tenho somado aos estudantes, professores, universidades públicas e institutos federais na luta constante e permanente. E foi também na educação que mais me realizei no período em que fui prefeito de Cruzeiro do Oeste. Fizemos uma gestão premiada na área da educação", ressaltou.

Em relação à saúde, o candidato frisou que todos os anos têm destinado a maior parte dos recursos que pode destinar como deputado federal, para essa área. "Em especial, para atender os hospitais públicos, filantrópicos e também as prefeituras, através das secretarias municipais de saúde, inclusive para Pato Branco e a região Sudoeste".

Zeca Dirceu destacou que também faz a defesa da agricultura familiar. "É muito comum eu fazer a entrega de tratores, implementos, ajudar a equipar cooperativas, pequenas agroindústrias, porque é quem coloca alimento na nossa mesa e onde mais gera emprego, em especial na região Sudoeste, mas também é a realidade de todo o Paraná e do Brasil", salientou.

"Quero continuar sendo deputado federal para defender essas causas, mas principalmente para ajudar o presidente Lula a fazer o Brasil ser feliz de novo. Tenho comigo que o nosso país é muito rico, pois tem petróleo, minérios, rios, florestas, solo fértil, um tamanho continental, e não consigo me conformar em ver 30 milhões de pessoas passando fome, desde antes da pandemia 11 milhões de pessoas desempregadas, salários congelados, custo de vida totalmente descontrolado, não só dos alimentos, mas também de água, luz, combustíveis. A conta não fecha no final do mês e o país, depois de 30 anos, perdeu o controle da inflação", afirmou.

"O que me motiva a continuar como deputado federal é ajudar a aprovar os projetos, mudar as leis e desfazer alguns equívocos que ocorreram, como a reforma trabalhista, da previdência e, principalmente, mudar o rumo da economia", completou.